

Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX**

INTRODUÇÃO

Este texto analisa o saldo migratório e a emigração legal em Portugal desde 1890 e tem como objectivo discutir a imagem sobredimensionada das perdas populacionais decorrentes das estatísticas oficiais sobre emigração até à segunda guerra mundial.

As questões migratórias têm um papel essencial na dinâmica demográfica. No caso português assumem, nos séculos XIX e XX, uma dimensão expressiva, quer no que respeita à emigração, retorno e reemigração¹, quer relativamente aos movimentos internos e com as colónias e, mais recentemente, à imigração. No entanto, poucos destes movimentos populacionais podem ser conhecidos a partir de séries estatísticas publicadas de forma ininterrupta.

De todos estes movimentos, só a emigração legal apresenta uma série continuada de registos anuais desde finais do século XIX. A partir destes dados oficiais é possível reconstituir a sua evolução no último século. Trata-se contudo, de uma reconstituição muito parcelar das migrações, uma vez que é impossível fazê-la acompanhar sistematicamente dos dados relativos a outros movimentos².

Apenas outro indicador demográfico pode ser utilizado nesta comparação de longo prazo: o saldo migratório intercensitário. O saldo migratório, apesar de ser

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Gostaria de agradecer a Maria Luís Rocha Pinto, orientadora das provas de doutoramento nas quais se inseriu este estudo, ao João Peixoto e Javier Silvestre, que leram uma versão prévia deste artigo, e, finalmente, o meu obrigado também ao *referee* anónimo desta revista, cujas observações, cuidadosas e pertinentes, contribuíram para este texto.

considerado um indicador pouco específico por resultar de uma grande diversidade de movimentos, permite avaliar as perdas e ganhos populacionais por migrações, ao contrário de indicadores, como a emigração legal, que podem, como se verá adiante, sub ou sobrevalorizar as perdas populacionais.

Em suma, os únicos indicadores que podem ser calculados sistematicamente desde a última década do século XIX são a emigração legal e o saldo migratório. O saldo migratório refere-se a migrantes e a emigração a migrações. Por isso mesmo, os dois indicadores devem ser analisados conjuntamente.

AS DIFERENÇAS ENTRE O SALDO MIGRATÓRIO E A EMIGRAÇÃO: QUE INTERPRETAÇÕES?

A comparação entre os valores intercensitários da emigração legal e do saldo migratório permite conhecer a importância relativa de alguns movimentos não contabilizados, como a emigração clandestina e o movimento para as colónias e, por outro lado, o retorno de emigrantes e a reemigração.

Relembre-se a equação de concordância, a partir da qual é calculado o saldo migratório:

$$\text{pop. final} = \text{pop. inicial} + (\text{nascimentos} - \text{óbitos}) + (\text{imigrantes} - \text{emigrantes})$$

ou seja:

$$\begin{aligned} \text{pop. final} - \text{inicial} &= (\text{nascimentos} - \text{óbitos}) + (\text{imigrantes} - \text{emigrantes}) \\ \text{Saldo total} &= \text{saldo natural} + \text{saldo migratório} \end{aligned}$$

e, por isso:

$$\text{saldo migratório} = \text{saldo total} - \text{saldo natural}$$

Tomemos um exemplo simples. Se num dado período o saldo migratório revelar 1500 saídas, mas a emigração contabilizada pelas fontes oficiais for de 1000, é de supor que as saídas clandestinas (ou para as colónias) sejam de 500. Mas, se o saldo migratório for de 1000 saídas e a emigração legal atingir as 1500, será necessário pensar em movimentos diferentes: retorno de emigrantes, reemigração dos mesmos emigrantes, entradas de estrangeiros, retorno das colónias, etc.

O quadro n.º 1 mostra os números relativos à emigração legal e ao saldo migratório em Portugal de 1890 a 1970.

Desde a década de 40 que o saldo migratório revela saídas mais intensas do que a emigração legal, resultado que confirma a importância da emigração clandestina e também dos movimentos para as colónias.

Resultado surpreendente é o que se verifica nas décadas anteriores, quando se sabe que a emigração clandestina era também expressiva. Até à década de 40, o saldo migratório revela menos saídas do que as contabilizadas através da emigração legal. A acreditar nas estatísticas sobre a emigração,

haveria fortíssimos problemas com os recenseamentos e as estatísticas do movimento natural; a acreditar nos censos e no registo de nascimentos e óbitos, a emigração legal sobrevalorizaria as perdas populacionais.

População, saldos (totais, naturais e migratórios) e emigração em Portugal para o período entre 1890 e 1970
(em milhares)

[QUADRO N.º 1]

	Décadas							
	1890- -1900	1900- -1911	1911- -1920	1920- -1930	1930- -1940	1940- -1950	1950- -1960	1960- -1970
População inicial	5 102,9	5 446,8	5 999,1	6 080,1	6 802,4	7 755,4	8 510,2	8 889,4
População final	5 446,8	5 999,1	6 080,1	6 802,4	7 755,4	8 510,2	8 889,4	8 663,3
Saldo total	343,9	552,4	81,0	722,3	953,0	754,8	379,2	-226,1
Saldo natural	488,2	749,4	425,6	804,6	828,7	847,8	1 090,8	1 072,6
Saldo migratório	-144,3	-197,0	-344,6	-82,3	124,3	-93,0	-711,6	-1 298,8
Emigração (a)	270,0	385,9	366,1	324,8	109,3	90,4	353,4	681,0
Diferença	125,7	188,9	21,5	242,4	233,6	-2,6	-358,3	-617,8

(a) Foram aqui considerados todos os emigrantes. Uma análise mais rigorosa deveria retirar o montante referente aos emigrantes que viajaram para as colónias até 1906. No entanto, o seu valor é diminuto no cômputo geral — cerca de 4,4% no último decénio do século XIX e 2,7% do total de emigrantes na década seguinte.

Fontes: Recenseamentos populacionais e *Estatísticas Demográficas*³.

Vários autores efectuaram já esta comparação, baseada na equação de concordância para alguns dos períodos acima expostos, e encontraram o mesmo tipo de diferenças entre o quantitativo da emigração oficial e o saldo migratório.

Esta discrepância entre saldos migratórios, com perdas populacionais menores do que as apontadas pela emigração, foi fundamentalmente atribuída à deficiente qualidade dos dados (Evangelista, 1971, p. 72; Nazareth, 1977, pp. 927-928). Baganha (1991) tenta resolver esta incongruência entre recenseamentos e estatísticas do movimento natural, estimando novos valores para o saldo natural, com base nas tábuas-tipo de Coale para populações estáveis⁴.

A comparação entre saldo migratório e emigração foi também efectuada por Alves (1994) para a última década do século XIX. Alves é o único dos autores que interpretam a diferença obtida como um indicador da importância do retorno e da reemigração. Estima, por esta forma, a importância do retorno num valor que poderá atingir os 66% do total de emigrantes da década. O autor complementa a sua análise com estimativas sobre a importância da reemigração entre 1836 e 1879 que se situariam em 6,5%. De facto, o texto deste autor é o único que toma o retorno e a reemigração como o principal factor explicativo da diferença entre o saldo migratório e a emigração legal.

Será inútil reafirmar a existência de inúmeros problemas com as estatísticas publicadas, tanto mais gravosos quanto mais se recua no tempo. No entanto, parece útil começar por discutir a explicação que atribui a diferenças entre o saldo migratório e a emigração apenas à qualidade dos dados. Basicamente, apontam-se duas ideias: o sub-registo dos nascimentos e a não contabilização de alguns milhares de pessoas nos recenseamentos.

A estimativa do sub-registo dos nascimentos em cerca 4% a 5% efectuada por Livi Bacci (1971) baseia-se na comparação dos nascimentos registados antes e depois da lei que obriga ao registo civil e é, a partir daí, referida por muitos autores (Nazareth, 1977; Baganha, 1991).

Uma análise mais pormenorizada mostra que o aumento verificado nos nascimentos totais traduz uma realidade diferenciada se comparados os nascimentos legítimos e ilegítimos.

Variação percentual face à média de 1909-1910
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

Acontecimentos registados	Variação
Nascimentos totais em 1911-1912	21
Nascimentos totais em 1913-1914	6
Nascimentos legítimos em 1913-1914	4
Nascimentos ilegítimos em 1913-1914	20
Casamentos em 1911-1912	14
Óbitos em 1911-1912	11

Após a implementação da nova lei de Fevereiro de 1911, o número total de nascimentos registados aumentou cerca de 21% relativamente ao valor médio de 1909-1910 (o período imediatamente anterior à nova lei). Em 1911-1912 não é possível conhecer os nascimentos segundo a legitimidade, mas para os anos seguintes, 1913-1914, é possível efectuar a sua análise.

O aumento de cerca de 20% dos nascimentos ilegítimos verifica-se em quase todo o território, excepto no Norte litoral e nas ilhas. Embora esta variação seja muito expressiva *per si*, traduz-se apenas num aumento de 6% no total de nascimentos. Os nascimentos legítimos aumentaram apenas 4% em 1913-1914, um valor relativamente baixo, atendendo a que os casamentos subiram 14% em 1911-1912. Ou seja, o aumento neste tipo de nascimentos não parece decorrer de uma melhoria da qualidade dos dados, tanto mais que é nas regiões com maior variação nos casamentos que ocorrem os maiores acréscimos nos nascimentos legítimos⁵.

O aumento de nascimentos verificado em 1911-1912 parece estar mais relacionado com uma nova atitude face aos nascimentos fora do casamento do que com a existência de um défice constante no registo de nascimentos, que ocorrem maioritariamente no seio do casamento.

Além do mais, para que o sub-registo dos nascimentos estivesse na origem de um saldo natural artificialmente baixo seria necessário que não se verificasse qualquer sub-registo nos óbitos⁶. Seria também necessário que o sub-registo se prolongasse até 1940. Por tudo isto, parece pouco provável a explicação com base na falta de qualidade das estatísticas demográficas do movimento natural.

Pondo de lado a ideia do sub-registo de nascimentos como causa para a discrepância entre o saldo migratório e a emigração legal, podemos analisar o argumento que aponta problemas nos dados censitários.

Consideremos, primeiro, uma década. Para que o saldo migratório calculado fosse menos negativo do que o verdadeiro devido a um saldo total calculado superior ao *real* seria necessária uma de duas hipóteses: uma subavaliação do recenseamento inicial ou um sobredimensionamento do recenseamento final. Destas duas hipóteses, é, naturalmente, mais provável o sub-registo do que o oposto.

Tomemos um exemplo. Se o saldo total intercensitário *registado* for de 1200 e o saldo natural de 1500, o saldo migratório terá de ser de -300. Para que o saldo migratório fosse mais intensamente negativo era necessário que o saldo total *real* fosse mais baixo — por exemplo, para se obter um saldo migratório de -500 o saldo total teria de ser de 1000. A ocorrer, esta situação dever-se-ia mais provavelmente a um sub-registo da população inicial do que a um sobrerregistro da população final.

Vimos já que, até 1940, os totais de emigrantes excedem os valores do saldo migratório. Para que os problemas censitários estivessem na origem desta diferença seria necessário que todos os recenseamentos até 1940 estivessem sucessivamente subavaliados em 125,7, 188,9, 21,5, 242,4 e 233,6 milhares de habitantes (os valores da diferença entre a emigração legal e o saldo migratório atrás enunciados).

Dado que são diferenças sucessivas e sempre no mesmo sentido, as diferenças são cumulativas. Isto é, se a um recenseamento for necessário acrescentar habitantes não contabilizados, isso altera os saldos dessa década, mas também os das décadas subsequentes.

Por exemplo, se na década de 1930-1940 se encontrava uma diferença não explicada de 233,6 milhares de habitantes devida a uma subavaliação do recenseamento de 1930, então em 1930 deveriam existir 6802,4 milhares + 233,6 milhares de habitantes. Nesta situação, a diferença não explicada entre 1920 e 1930, que era de 242,4 milhares, também teria de ser maior, ou seja, passa-se para uma diferença não explicada de 242,4 milhares + 233,6 milhares, e assim sucessivamente. Desta forma, no recenseamento de 1890 faltaríamos mais de 800 milhares indivíduos, num total de cerca de 5 milhões de habitantes. Com este tipo de valores, a explicação baseada no sub-registo censitário parece muito pouco plausível.

Outro argumento em favor de outra explicação da diferença entre o saldo migratório e a emigração legal decorre da observação de países próximos. Vejamos os valores publicados para a Itália e para a Espanha.

Em Itália o número de emigrantes excede claramente o número de perdas populacionais estimadas a partir do saldo migratório, excepto no período entre 1930 e 1950, em que os valores da emigração e do saldo são muito semelhantes⁷.

Emigrantes e saldo migratório em Itália e em Espanha
(em milhares)

[QUADRO N.º 3]

	Emigração	Saldo migratório
Itália:		
1901-1911	6 027	-1 620
1911-1921	3 496	-908
1921-1931	2 543	-1 031
1931-1951	1 975	-1 888
1951-1961	3 055	-1 029
1961-1971	2 428	-1 048
Espanha:		
1901-1910	542	-527
1911-1920	948	-33
1921-1930	591	-86
1931-1940	68	+541
1941-1950	167	-245
1951-1960	544	-883
1961-1970	241	-532

Fontes: Emigrantes — cálculos próprios efectuados a partir dos dados de Mitchell (1981); saldos migratórios — valores publicados por Gollini (1974) para a Itália e por Cabré, Domingo e Menacho (2002) para a Espanha.

Em Espanha assiste-se a uma situação mais próxima da portuguesa. Até 1930 encontram-se claramente mais emigrantes do que perdas no saldo migratório. Nos anos 30, tal como em Portugal, o saldo migratório é positivo e a emigração é muito menos intensa do que anteriormente e a diferença continua a ser no mesmo sentido. Só a partir dos anos 40 as saídas reveladas pelo saldo migratório são mais expressivas do que as reveladas pela emigração legal⁸.

Tal como Portugal, a Espanha e a Itália são exemplos representativos da *new immigration* que chega ao continente americano desde finais do século XIX e que entre 1900 e 1915 atinge o seu apogeu. Com esta nova vaga a estrutura dos imigrantes que chegam aos EUA muda. As migrações de

grupo, ligadas à colonização, à agricultura e com origem na Europa ocidental, central e do Norte, dão lugar a migrações de carácter individual, de trabalho, destinadas à indústria, sendo fundamentalmente originárias dos países do Sul e do Leste europeus (Baines, 1991; Bade, 2002; Storhaug, 2002).

Uma última característica destes novos emigrantes é a sua maior tendência para o retorno. Baines considera que este deveria situar-se em cerca de um quarto entre 1815 e 1930, sendo bastante diferente consoante as regiões de origem. Hatton (1999) aponta para uma taxa de cerca de um terço e também considera que o retorno depende fundamentalmente das regiões de origem e não do destino dos migrantes. O retorno é mais significativo nos países do Sul (Hatton, 1999; Baines, 1991, p. 35), onde a percentagem de emigrantes que deixam mulheres e família no país de origem também é maior (Storhaug, 2002), e parece ser mais importante nos homens do que nas mulheres (Baines, 1994; Virtanen, s. d.).

Também a reemigração se vai tornando mais importante ao longo do tempo, favorecida pela diminuição dos custos das viagens, em termos financeiros e de tempo, possibilitada pelos navios a vapor (Storhaug, 2002; Bade, 2002; Keeling, 2005⁹).

A comparação com a emigração destinada aos Estados Unidos, apesar de sugestiva, apresenta algumas limitações. O facto de o retorno de emigrantes que regressam deste país se ter acentuado em finais do século XIX não implica que o mesmo tenha sucedido com os emigrantes portugueses no Brasil, o principal destino transoceânico dos emigrantes portugueses durante grande parte do período aqui analisado. Mas a forte associação deste movimento de retorno de emigrantes para a Europa com a maior acessibilidade das viagens marítimas possibilitada pelas carreiras de vapores sugere esta interpretação. Também Jorge Fernandes Alves (s. d.), numa síntese sobre a emigração nortenha para o Brasil, aponta para taxas de retorno da ordem dos 40%-50% e para a importância da emigração de curta duração eventualmente seguida de reemigração¹⁰.

Em suma, a análise das implicações do sub-registo das fontes oficiais (estatísticas e recenseamentos), a comparação com dois países próximos e ainda as tendências observadas na *new immigration* apontam para que a diferença observada entre a emigração e o saldo migratório se deva fundamentalmente a movimentos migratórios de retorno e reemigração.

A DIFERENÇA ENTRE A EMIGRAÇÃO LEGAL E O SALDO MIGRATÓRIO COMO UM INDICADOR DA IMPORTÂNCIA DE DIFERENTES MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Se o valor do saldo migratório intercensitário e o número de emigrantes for muito aproximado, é possível pensar que não aconteceram movimentos significativos de retorno, reemigração, nem saídas clandestinas, ou, em al-

ternativa, que os fenómenos aconteceram com intensidades muito semelhantes e, por isso, compensatórias.

Se, pelo contrário, os valores do saldo migratório e da emigração apresentarem diferenças, é possível esboçar uma ideia sobre a importância comparativa dos movimentos de retorno e de reemigração, por um lado, e de emigração clandestina e outras saídas, por outro. Não sendo esta uma medida rigorosa de cada um destes movimentos, ela permite avaliar o sentido e a importância destes dois grupos de movimentos migratórios sem, no entanto, permitir o conhecimento de cada um deles por si mesmo.

Retomemos o exemplo académico anterior, onde se encontrava um saldo migratório negativo de 1000 e uma emigração legal de 1500. Para a emigração exceder em 500 as perdas populacionais efectivas terá de se verificar uma de três situações: um retorno de emigrantes de 500, ou reemigrações no mesmo montante (de forma que, das 1500 emigrações contabilizadas, 1000 sejam primeiras emigrações e 500 emigrações de repetição), ou, finalmente, a hipótese mais provável, o retorno de emigrantes e a reemigração, em conjunto, atingem o montante de 500. Esta última hipótese é claramente a mais plausível e não permite qualquer suposição sobre a importância específica do retorno e da reemigração¹¹.

Como em todas as décadas se verificaram importantes movimentos de emigração clandestina, o excesso de emigrantes contabilizados face ao saldo migratório apenas pode ser interpretado como uma medida comparativa da importância entre, por um lado, o retorno e a reemigração e, por outro, a emigração clandestina e saídas para as colónias.

Ou seja, a diferença entre o saldo migratório e a emigração, interpretada como indicador da importância relativa dos movimentos de retorno e reemigração face à emigração clandestina e outras saídas, mostra o valor mínimo que estes dois movimentos em conjunto podem ter tido. Como existem saídas não contabilizadas na emigração legal¹², o seu valor será necessariamente superior. Por este motivo, os valores apresentados nos quadros seguintes não são estimativas para a importância do retorno e da reemigração, mas antes argumentos que mostram a grande dimensão que estes movimentos devem ter tido.

No quadro n.º 4 encontramos os valores da emigração e do saldo migratório intercensitário desde a última década do século XIX. Retomemos os números do quadro n.º 1.

Saldo migratório e emigração legal entre 1890 e 1970 em Portugal

[QUADRO N.º 4]

	Décadas							
	1890-1900	1900-1911	1911-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970
Saldo migratório	-144 288	-196 994	-344 581	-82 342	124 299	-93 009	-711 642	-1 298 761
Emigração registada	270 007	385 928	366 114	324 752	109 252	90 373	353 354	681 004
Diferença	125 719	188 934	21 533	242 410	233 551	-2 636	-358 288	-617 757

Desde finais do século XIX até 1940, enquanto predomina em Portugal a emigração transatlântica, a diferença entre os dois indicadores aponta sempre para uma emigração legal mais expressiva do que as saídas reveladas pelo saldo migratório.

Na última década do século XIX e na primeira do XX, a emigração legal é cerca de duas vezes mais intensa do que as perdas populacionais manifestadas no saldo migratório. Esta discrepância é particularmente expressiva nos anos 20 e 30. Nos anos 20, a emigração é cerca de quatro vezes superior às perdas reveladas pelo saldo migratório e na década de 30 o saldo migratório é mesmo positivo, apesar de a emigração continuar a ser importante.

A partir dos anos 40, acompanhando a mudança de direcção nos destinos dos emigrantes, que progressivamente se orientam também para as colónias e, nos anos 60, para a Europa, o saldo migratório passa a ser mais expressivo do que a emigração legal, mostrando assim a importância da emigração clandestina e das colónias.

Os dados anteriores permitem conhecer a importância conjunta do retorno e da reemigração face à emigração legal. Tendo em conta que se trata de estimativas para o mínimo que estes movimentos, de retorno e reemigração, poderão ter atingido, vejamos quanto é que eles representam face à emigração legal.

Percentagem de retorno e reemigração relativamente à emigração

[QUADRO N.º 5]

	Décadas				
	1890-1900	1900-1911	1911-1920	1920-1930	1930-1940
Retorno e reemigração/emigração legal	46,6	49,0	5,9	74,6	213,8

Entre 1890 e 1911 o retorno e a reemigração parecem atingir cerca de 50% do montante da emigração legal. Na década seguinte, o valor observado para a diferença é muito pequeno, quer em termos absolutos, quer relativamente às saídas legais. Nos anos 20 e 30, progressivamente marcados pelas restrições à emigração nos EUA e Brasil, o retorno e a reemigração sobem progressivamente, chegando a ser o dobro da emigração legal.

Relembre-se, no entanto, que estas taxas não podem ser lidas em função da emigração da própria década, uma vez que emigrantes de um período podem regressar num decénio posterior ao da partida.

Seria ainda possível efectuar outro exercício, introduzindo informação relativa ao movimento com as colónias e a estimativas da emigração clandestina, para tentar perceber melhor esta situação.

A emigração clandestina e o saldo com as colónias acentuam ainda mais o sentido das diferenças observadas. Isto é, se à emigração legal fossem

acrescentados o saldo com as colónias e a emigração clandestina, o montante das saídas conhecidas era ainda maior e, por isso, também a diferença por explicar seria superior face a um saldo migratório efectivo de menor dimensão.

Tomemos os valores conhecidos para o saldo com as colónias, que assume os valores de -42 691, -122 024 e -105 768¹³ nas décadas de 40, 50 e 60. Na década de 40, o seu valor, -42 691, é superior à diferença observada anteriormente entre o saldo migratório e a emigração legal (-2636), o que revela que durante a década de 40 se prolonga a tendência para mais retorno e reemigração do que para saídas clandestinas. A ser assim, esta tendência prolongar-se-á, embora com menos intensidade, durante toda a primeira metade do século xx.

A EMIGRAÇÃO LEGAL, O SALDO MIGRATÓRIO E AS SUAS DIFERENÇAS EM NÚMEROS RELATIVOS

Voltemos à análise que se baseia apenas em dois indicadores básicos: o saldo migratório e a emigração legal — de seguida apresentados nas suas taxas médias anuais para cada um dos períodos intercensitários¹⁴.

Taxas média anual do saldo migratório e taxa bruta de emigração em Portugal

[QUADRO N.º 6]

	Décadas							
	1890- -1900	1900- -1911	1911- -1920	1920- -1930	1930- -1940	1940- -1950	1950- -1960	1960- -1970
TBE	5,1	6,1	6,7	5,0	1,5	1,1	4,1	7,8
TSM	-2,7	-3,1	-6,3	-1,3	1,7	-1,1	-8,2	-14,8
Diferença	2,4	3,0	0,4	3,8	3,2	0,0	-4,1	-7,0

A análise da emigração legal aponta para um período que vai até finais da década de 20, com valores relativamente constantes, em torno das 5-7 *emigrações* por mil habitantes em cada ano. Nas duas décadas seguintes encontra-se uma fase de recuo da emigração, que apresenta valores muito inferiores. Nos anos 50 e, fundamentalmente, nos anos 60 acentua-se este aumento da emigração de forma clara.

Relativamente ao saldo migratório, é possível encontrar vários períodos. Desde a última década do século XIX até 1920 que o saldo migratório vai revelando um aumento progressivo das saídas populacionais, mas cuja expressão é sempre inferior à emigração (sendo na década de 1911-1920 sensivelmente idêntico ao valor da emigração legal). Um segundo período pode ser observado nos anos 20, quando o saldo migratório mostra uma clara diminuição das saídas (é a década em que a diferença entre emigração

e saldo migratório é maior), e ainda nos anos 30, quando o saldo migratório é pela primeira vez positivo, provando que as entradas foram superiores às saídas, sendo esta a primeira década em que é notória a recessão do fenómeno emigratório, quando contabilizado pela emigração legal. Uma nova fase parece ter início a partir dos anos 40 — o saldo migratório intensificase de forma muito clara, atingindo nos anos 60 o seu máximo, mostrando como neste período as saídas para as colónias e a emigração clandestina excedem as entradas populacionais e a reemigração.

A diferença entre o saldo migratório e a emigração até 1940 (à excepção de 1911-1920) mostra que o retorno e a reemigração têm uma intensidade relativamente constante neste período, situando-se sempre em torno dos três retornos/reemigrações por milhares de habitantes.

OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS SEGUNDO O GÊNERO

Tradicionalmente, é no sexo masculino que os movimentos migratórios têm maior intensidade. Os dados portugueses mostram, como seria de esperar, uma emigração legal e perdas migratórias bastante mais intensas no sexo masculino¹⁵.

Taxa do saldo migratório e de emigração no sexo masculino e feminino

[QUADRO N.º 7]

	Décadas							
	1890- -1900	1900- -1911	1911- -1920	1920- -1930	1930- -1940	1940- -1950	1950- -1960	1960- -1970
TBE — Homens . . .	8,1	9,1	9,8	8,4	2,0	1,5	5,2	9,9
TSM — Homens . . .	-3,9	-5,1	-7,9	-0,5	0,7	-2,6	-9,4	-20,3
TBE — Mulheres . . .	2,7	3,0	4,4	2,3	1,0	0,7	2,9	6,1
TSM — Mulheres . . .	-0,6	-1,8	-5,3	0,1	1,2	-0,7	-6,3	-14,0

A emigração, as perdas populacionais do saldo migratório e a diferença entre estes dois indicadores atingem quase sempre maior magnitude no sexo masculino do que no feminino. Só a partir da década de 50 essas diferenças parecem atenuar-se. A taxa bruta de emigração masculina é entre duas e quatro vezes superior à feminina, mas a análise do saldo migratório e da diferença entre os dois indicadores é menos simples. O saldo migratório desce abruptamente nos anos 20 e 30 para a população em geral, mas é visível que este saldo negativo é constituído por duas situações diferentes: no sexo masculino ainda há perdas populacionais nos anos 20, enquanto para a população feminina este saldo é pequeno, mas positivo, indicando ganhos migratórios, tal como acontecerá para ambos os sexos durante os anos 30. Também na década de 1911-1920 se encontra no sexo feminino uma situação diferente da masculina no que respeita

à diferença entre os dois indicadores: enquanto para os homens a emigração excedia as perdas do saldo migratório, nas mulheres passa-se o inverso, com perdas que são maiores do que as contabilizadas na emigração legal, uma situação que só se tornará habitual a partir de 1940 para os homens e de 1950 para as mulheres.

Considerem-se agora as diferenças entre emigração e saldo migratório nos homens e nas mulheres.

**Diferenças entre as taxas do saldo migratório e da emigração
no sexo masculino e feminino**

[QUADRO N.º 8]

	Décadas							
	1890- -1900	1900- -1911	1911- -1920	1920- -1930	1930- -1940	1940- -1950	1950- -1960	1960- -1970
Homens	4,2	4,7	2,0	7,9	2,7	-1,1	-4,2	-10,5
Mulheres	2,1	1,2	-0,9	2,4	2,1	0,0	-3,4	-7,9

As diferenças observadas são sempre mais intensas no sexo masculino do que no feminino, quer no sentido de revelarem mais retorno/reemigração até 1940, quer depois no sentido de mostrarem uma maior importância relativa da emigração clandestina/saldo com as colónias¹⁶.

Note-se ainda que nas duas décadas da primeira Grande Guerra e da segunda guerra mundial as diferenças entre os dois indicadores, tanto nos homens como nas mulheres, foram muito menos expressivas. No período entre 1911 e 1920, o sexo feminino apresenta mesmo diferenças reveladoras de uma maior importância da emigração clandestina ou do saldo com as colónias do que da reemigração e retorno, enquanto no sexo masculino a diferença ia no sentido habitual, mas era muito pequena.

Também na década de 40 os dois indicadores apresentam diferenças, embora se esteja agora numa fase de mudança no predomínio dos movimentos migratórios de retorno/reemigração e de emigração clandestina/saldo migratório — neste período a diferença é praticamente nula nas mulheres, enquanto no sexo masculino já se encontra uma maior tendência para o predomínio da emigração clandestina e das saídas para as colónias.

Em suma, sempre que há uma tendência em termos de movimentos migratórios, ela é mais acentuada no sexo masculino: quer na emigração legal e no saldo migratório, quer na predominância do retorno/reemigração até 1940, quer depois na situação contrária, com a maior importância da emigração clandestina/saídas para as colónias.

CONCLUSÃO

As diferenças observadas entre o saldo migratório e a emigração nos vários momentos intercensitários revelam uma grande importância dos mo-

vimentos de retorno e de reemigração durante a primeira metade do século xx. A importância destes movimentos contraria a imagem da sangria emigratória apontada pela emigração legal e à qual geralmente se acrescenta a estimativa, ou a imagem, da emigração clandestina.

Desde finais do século xix até meados do século xx, as estatísticas oficiais da emigração parecem sobrevalorizar este fenómeno. Neste período, de entre os movimentos migratórios sem estatísticas regulares, predomina a reemigração e o retorno de emigrantes sobre a emigração clandestina e as saídas para as colónias. Depois desta época passam a ter mais importâncias os dois últimos movimentos.

Tanto as principais correntes migratórias como os movimentos de refluxo e de reemigração são mais expressivos no sexo masculino, tal como mais tarde o predomínio da emigração clandestina e das saídas para as colónias.

O retorno e a reemigração de emigrantes ganharam progressivamente maior expressão quantitativa à medida que os vapores fizeram diminuir os custos das viagens e que o Sul e o Leste europeus adquiriram importância na emigração para o novo continente. É possível que a subvalorização destes movimentos de retorno e de reemigração esteja ligada à influência dos primeiros estudos sobre a emigração transoceânica, originária do Centro e Norte europeus, caracterizada por muito menores taxas de retorno do que a *new immigration* da Europa mediterrânea.

A grande importância do retorno de emigrantes é também compatível com a expressão das remessas dos emigrantes, fazendo supor uma racionalidade económica também individual, para além da familiar, nestes fluxos de capital.

NOTAS

¹ O termo «reemigração» será utilizado para designar a situação em que o mesmo emigrante efectua mais do que uma emigração. Esta situação é também designada na literatura por migrações repetidas, mas optou-se pelo termo «reemigração», uma vez que já havia sido utilizado por Jorge Fernandes Alves (1994; s. d.).

² A emigração clandestina é, por definição, desconhecida nos registos oficiais, embora muitos estudos tenham ensaiado estimativas para os seus valores. Vários autores apontam para um quantitativo em torno de um terço de emigrantes clandestinos no total de emigrantes até aos anos 60 (Evangelista, 1971, p. 123; Serrão, 1977, p. 37).

Sobre os movimentos com as colónias portuguesas são conhecidos dados quantitativos para alguns períodos, mas não é possível reconstituir os valores para todas as décadas desde finais do século xix.

Relativamente ao retorno foram apurados oficialmente dados desde 1936, mas encontram-se também estimativas para outros períodos: por exemplo, Evangelista (1971, p. 171) e Alves (1994, p. 254). Quanto à reemigração, os trabalhos com estimativas numéricas são ainda mais parcos (Alves, 1994, p. 257).

³ Recenseamentos: *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890; Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900; Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911; Censo da População de Portugal no*

1.º de Dezembro de 1920; *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930; Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940; Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950; Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 Horas de 15 de Dezembro de 1960); Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1970, estimativa a 20%; Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 16 de Março de 1981; Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Abril de 1991.*

Estatísticas demográficas: *Movimento da População*, anos de 1888 a 1896 e de 1907 a 1921; *Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (1900-1910)*; *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal*, anos de 1913 a 1925; *Anuário Demográfico*, anos de 1929 a 1966; *Estatísticas Demográficas*, desde 1967.

⁴ No entanto, a população portuguesa tem, ao longo do período em análise, todas as características que a distinguem de uma população estável (uma estrutura etária fixa em resultado de leis de fecundidade e mortalidade constantes e da inexistência de migrações).

⁵ V. Oliveira (2003).

⁶ Tanto mais que a mortalidade infantil representava uma percentagem considerável do conjunto de óbitos e seria das estatísticas mais sensíveis à falta de qualidade dos dados.

⁷ A partir das diferenças entre quantitativos sobre emigração em Itália, Zamagni (1993, p. 203) afirma: «An enormous number of people left [...] while fewer stayed abroad.»

⁸ Para a Espanha, Sanchez Alonso (1995, pp. 128-131) calcula novas estimativas para o retorno de emigrantes a partir dos saldos migratórios (obtidos por Perez Moreda a partir da equação de concordância) e considera que os retornos estão subvalorizados nas estatísticas oficiais.

⁹ Keeling (2005) estudou a dinâmica gerada pelos barcos a vapor nas correntes e contracorrentes migratórias entre a Europa e os EUA; defende por isso a utilização de uma nova designação, *repeated migration*, que deveria englobar quer as migrações de retorno, quer as reemigrações.

¹⁰ Sobre a dimensão do retorno, diz o autor: «No total terão prevalecido níveis de retorno que apontam para os 40%-50% relativamente às partidas», e sobre a duração da emigração: «Adultos que desenvolvem uma emigração de vai-e-vem, deixando a família, que se amplia, à medida das suas vindas a Portugal, praticando ciclos migratórios de poucos anos (geralmente três ou quatro), reemigrando de forma irregular, à medida das necessidades familiares», ou: «Estadias de curta duração (em torno dos três ou quatro anos) correspondem à maioria dos retornos.»

¹¹ É certo que para cada reemigração terá de ter existido um movimento de retorno, enquanto a existência de um retorno não implica necessariamente uma nova emigração; por isso apenas se pode pensar que o retorno terá de ser superior à emigração (no limite podem apenas ser iguais, dado que não podem existir mais reemigrações do que retornos).

¹² A este propósito, é relevante voltar a lembrar a estimativa de cerca de um terço de emigrantes clandestinos até 1960 apontada por Serrão (1977, p. 37) e por Evangelista (1971, p. 123) e os 13%-15% referidos por Baganha (1991, p. 729) para a última década do século XIX. E também os valores do saldo migratório negativo de mais de 40 000 indivíduos com as colónias apontado por Cónim (1990, p. 47) na década de 40.

¹³ Cálculos próprios a partir dos valores publicados por Custódio Cónim (1990, p. 47).

¹⁴ As taxas foram calculadas dividindo o total dos valores anteriormente apresentados pelo número de anos entre recenseamentos e fazendo-os reportar à população média intercensitária. O mesmo método foi utilizado também no quadro n.º 7.

¹⁵ Esta análise das migrações segundo o sexo baseou-se num trabalho anterior cuja unidade de análise era distrital. Os valores para o país aqui apresentados baseiam-se na soma dos valores anuais distritais. Esporadicamente, podem verificar-se ligeiras discrepâncias se a soma dos dados publicados para os distritos não coincidir com o valor apresentado para o país. Trata-se, no entanto, de diferenças mínimas, que em nada alteram o sentido da análise.

¹⁶ Esta diferença não é específica da realidade portuguesa. Alguns autores apontam para uma maior importância do retorno no sexo masculino (Baines, 1994; Virtanen, s. d.).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, JORGE FERNANDES (1994), *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, ed. de autor.
- ALVES, JORGE FERNANDES (s. d.), «Atalhos batidos — a emigração nortenha para o Brasil», in *Atalaia*, publicação do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa e da Associação Atalaia (<http://www.triplov.com/atalaia/alves.html>).
- BACCI, MASSIMO LIVI (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press.
- BAGANHA, MARIA IOANNIS (1991), «Uma imagem desfocada — a emigração portuguesa e as fontes sobre emigração», in *Análise Social*, 26 (112-113), pp. 723-739.
- BAINES, DUDLEY (1991), *Emigration from Europe 1815-1930*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BAINES, DUDLEY (1994), «European labor markets, emigration and internal migration, 1850-1913», in Hatton e Williamson (orgs.), *Migration and the International Labour Market, 1850-1939*, Londres, Routledge.
- CABRÉ, ANNA, DOMINGO, ANDREU, e MENACHO, TERESA (2002), «Demografia y crecimiento de la población española durante el siglo XX», in *Mediterráneo Económico*, 1, pp. 120-138.
- CÓNIM, CUSTÓDIO (1990), *Portugal e a Sua População II*, Lisboa, Publicações Alfa.
- EVANGELISTA, JOÃO (1971), *Um Século de População Portuguesa 1864-1960*, Lisboa, INE.
- GOLINI, ANTONIO (1974), *Distribuzione de lla popolazione, migrazioni interne e urbanizzazione in Itália*, Roma, Università di Roma.
- HATTON, TIMOTHY (1999), «The age of mass migration: what we can't explain» (<http://ecocom.anu.edu.au/people/info/hatton.kingston.pdf>).
- HATTON, TIMOTHY, e WILLIAMSON, JEFFREY (1994), *Migration and the International Labour Market, 1850-1939*, Londres, Routledge.
- KEELING, DREW (2005), *The Economics of Migrant Transport between Europe and the United States, 1900-1914*, Working Papers from the World History Workshop (University of California, Multi-Campus Research Unit) (<http://repositories.cdlib.org/ucwhw/wp/1>).
- KEELING, DREW (2005), *Repeat Migration between Europe and United States 1870-1914*, Working Paper n.º 050411 Institute of European Studies (University of California, Berkeley) (<http://repositories.cdlib.org/ies/050411>).
- MITCHELL, B. R. (1981), *European Historical Statistics 1750-1975*, 2.ª ed., Londres, MacMillan Press.
- NAZARETH, J. M. (1977), «Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa», in *Análise Social*, 23 (52), pp. 901-986.
- OLIVEIRA, ISABEL TIAGO (1997), «Emigração nas ilhas portuguesas. Emigração legal, clandestina, retorno e reemigração», in *População e Sociedade*, 3, pp. 215-226.
- OLIVEIRA, ISABEL TIAGO (2003), *O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- PEIXOTO, JOÃO (1999), «A emigração», in Bethencourt e Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. v, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PEREIRA, MIRIAM HALPERN (1981), *A Política Portuguesa de Emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo.

- PIORE, MICHAEL J. (1979), *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ROWLAND, ROBERT (1999), «O problema da emigração: dinâmicas e modelos», in Bethencourt e Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, *Do Brasil para África (1803-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SÁNCHEZ ALONSO, BLANCA (1995), *Las Causas de la Emigración Española 1880-1930*, Madrid, Alianza Universid.
- SILVESTRE, JAVIER (2003), *Migraciones Interiores y Mercado de Trabajo en España, 1877-1936*, dissertação de doutoramento da Universidade de Saragoça.
- SERRÃO, JOEL (1977), *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- STORHAUG, HANS (2002), «Return migration: numbers, reasons and consequences. A European overview», Opening lecture to the annual AEMI meeting 2002 (www.utvandrenseter.no/eng/arkiv.cfm).
- VIRTANEN, KEIJO (s/data), «Counter-current»: Finns in the overseas return migration movement (<http://www.genealogia.fi/emi/art/article206e.htm>).
- ZAMAGNI, VERA (1993), *The Economic History of Italy 1860-1990*, Oxford, Clarendon Press.